

O GÊNERO "NOTÍCIA" NO ENSINO DE LINGUAGEM: PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Alessandra Fernandes de Azevedo*
Emânia Aparecida Rodrigues Gonçalves**

Resumo

O presente trabalho baseou-se na teoria de gêneros discursivos na perspectiva de Bakhtin reafirmada por Marcuschi, Maingueneau e Travaglia, que denominam gêneros como manifestações textuais presentes no domínio social e responsáveis pelo processo de interação humana.

Palavras-chave: Gêneros textuais. Jornal. Notícia. Sala de aula.

Abstract

This project is based on the discourse genre theory on the perspective of Bakhtin reaffirmed by Marcuschi Maingueneau and Travaglia who denominate genre as textual expressions present on social field and responsible for the process of human interaction.

Keywords: Genre Textual. Newspaper. News. Class Room.

INTRODUÇÃO

O artigo que se segue é parte de um trabalho monográfico de conclusão de curso de Especialização em Ensino de Língua Portuguesa¹, pela Universidade Federal de Juiz de Fora no ano de 2006. A monografia abrangeu não só a teoria de gênero discursivo, mas também a aplicação em sala de aula de um gênero específico, a notícia. No entanto, serão expostas neste artigo somente as bases teóricas utilizadas para a construção da monografia.

O presente trabalho traz uma abordagem específica sobre gênero textual e sua aplicação em sala de aula, tendo em vista a ampla manifestação social dos gêneros no processo de interação humana. O precursor no estudo dos gêneros textuais, Mikhail Bakhtin (1953/2000), defende que eles não são fruto de invenções individuais, mas formas socialmente maturadas em práticas comunicativas. Assim, o autor trata os gêneros como “uma seqüência relativamente estável de enunciados”.

Aderindo à proposta de Bakhtin, autores como Marcuschi, Maingueneau e Travaglia reafirmam a idéia de que os gêneros não são instrumentos estanques e enrijecedores da ação criativa. Eles são caracterizados como eventos textuais altamente dinâmicos.

* Professora do C.A. João XXIII, graduada em letras pela UFJF e Especialista em Ensino de Língua Portuguesa pela mesma Universidade.

** Professora de Língua Portuguesa da rede Estadual de Ensino de Juiz de Fora, graduada em Letras pela Universidade Federal de Juiz de Fora e Especialista em Ensino de Língua Portuguesa pela mesma universidade.

Diante da teoria de gêneros proposta pelos autores apontados acima, nossa pesquisa voltou-se, em particular, para o gênero jornalístico notícia, com a finalidade de trabalhar em sala de aula com o suporte jornal. Para embasar teoricamente nossa pesquisa, em relação ao gênero notícia, nos apoiamos em Lage (1985 e 1990), que aponta em seus estudos o processo de construção desse gênero e suas particularidades.

Uma vez que o trabalho abarcou o desenvolvimento de uma seqüência didática o gênero notícia em sala de aula, recorremos aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que foram elaborados procurando, de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais, políticas, existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras, objetivando criar condições nas escolas, que permitam aos jovens terem acesso a um conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania (PCN: 1998, p. 6).

Nosso objetivo em trabalhar com o gênero notícia está em levar os alunos a uma experiência mais ampla com textos veiculados em nossa sociedade, além do contato com estratégias de leitura que colaboram para o entendimento dos textos de forma crítica através da comparação dos mesmos. Com isso, podemos torná-los leitores proficientes de notícias de jornal e prepará-los para produção escrita desse gênero. Consideramos esses textos, presentes no dia-a-dia de grande parte das pessoas, fornecedores de informações importantes para a interação social.

1. SOBRE GÊNEROS

1.1. GÊNERO TEXTUAL

Koch (2004) ressalta que o interesse pela teoria dos gêneros e suas aplicações tem assumido grande relevância em várias áreas que se dedicam ao estudo da interação humana. Declara, também, que a pesquisa atual sobre gêneros indica como ponto de partida os estudos de Mikhail Bakhtin (1953/2000). O autor considera gênero do discurso como "uma seqüência relativamente estável de enunciados", que são, por sua vez, denominados "qualquer unidade real da comunicação verbal". Ele também declara que "a riqueza e a variedade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a vari-

idade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera desta atividade comporta o repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa." (Bakhtin, 2000, p.279)

Dessa forma, destaca-se a heterogeneidade dos gêneros do discurso - orais e escritos - enquadrados, por ele, como primários (simples) e secundários (complexos). Os gêneros primários são formados por tipos característicos da oralidade, - tais como linguagem familiar, cotidiana, reuniões, conversa entre amigos. Os gêneros secundários, no processo de sua formação, abrangem e alteram os gêneros simples numa perspectiva de comunicação cultural mais complexa, principalmente escrita, - como romances, teatros, textos científicos e outros.

Bakhtin mostra que a distinção estabelecida entre os gêneros do discurso se faz necessária porque a partir dela pode-se deduzir a natureza do enunciado. Além disso, afirma que "ignorar a natureza do enunciado e as particularidades do gênero que assinalam a variedade do discurso em qualquer área do estudo lingüístico leva ao formalismo e à abstração" (id., p.282). Por isso, o autor aborda algumas áreas e algumas questões problemáticas da lingüística, a começar pela estilística.

O estilo está diretamente ligado aos gêneros do discurso, no qual se tem enunciados que refletem a individualidade de quem fala ou escreve. Porém, nem todos os gêneros são aptos para refletir a individualidade, como por exemplo, os gêneros do discurso que requerem uma forma relativamente padronizada, como a notícia. Portanto, para ser correto e produtivo no estudo do estilo, deve-se considerar a diversidade dos gêneros. Sendo assim, o autor elucida que "quando há estilo, há gênero. Quando passamos o estilo de um gênero para outro, não nos limitamos a modificar a ressonância deste estilo graças à sua inserção num gênero que não lhe é próprio, destruimos e renovamos o próprio gênero." (Bakhtin, 2000, p.286)

Outra problemática abordada por Bakhtin está na noção simplificada do "fluxo verbal". Segundo o autor, o estudo do enunciado deve permitir compreender melhor a natureza das unidades da língua: as palavras e as orações.

Na lingüística, no que se refere ao processo de comunicação, as funções "ouvinte" e "receptor", conforme Bakhtin, são insuficientes no processo complexo

da comunicação verbal. Neste, a compreensão dos enunciados é repleta de respostas que, de uma forma ou de outra, obrigatoriamente as produzem: "o ouvinte torna-se locutor" (id., p.290). Bakhtin afirma que "a compreensão passiva das significações do discurso ouvido é apenas o elemento abstrato de um fato real que é o todo constituído pela compreensão responsiva ativa e que se materializa no ato real da resposta fônica subsequente" (Bakhtin, 2000, p.286).

De acordo com a teoria bakhtiniana, compreensão responsiva é a fase inicial e preparatória para uma resposta. Sendo assim, a diversidade dos gêneros do discurso pressupõe a diversidade de intenções daquele que fala ou escreve, e cada enunciado que é produzido dentro do gênero "é um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados" (Bakhtin, 2000, p.291).

Para ele, o discurso se molda sempre à forma da unidade real da comunicação verbal que pertence a um sujeito falante e não pode existir fora desta forma. (id., p.292). Toda unidade real da comunicação verbal admite um começo e um fim absoluto, ou seja, a pessoa que fala termina seu enunciado para passar a palavra ao outro ou para dar lugar à compreensão responsiva ativa do outro. Importa agora para o autor determinar a relação existente entre enunciado e oração, que nunca é marcada pelo revezamento dos sujeitos falantes; ou seja, a oração representa um pensamento relativamente acabado dentro do enunciado, e o contexto em que ela se insere é do discurso de um único e mesmo locutor. Já no enunciado, como há alternância dos sujeitos falantes, ocorre uma resposta ou reação dos mesmos.

Segundo o autor, três fatores determinam a totalidade acabada do enunciado: o tratamento exaustivo do objeto do sentido; o intuito, o querer-dizer do locutor; e as formas típicas de estruturação do gênero do acabamento (id., p.299). O primeiro fator, o tratamento exaustivo do objeto do sentido, varia conforme as esferas da comunicação verbal e de acordo com o intuito definido pelo autor -; este que é o segundo fator que determina o todo do enunciado e a escolha da forma do gênero em que o enunciado será estruturado. Dessa forma, Bakhtin esclarece que "(...) os parceiros diretamente implicados numa comunicação, conhecedores da situação e dos enunciados anteriores, captam com facilidade e prontidão o intuito discursivo, o querer-dizer do locutor, e, às primeiras palavras do discurso." (Bakhtin, 2000, p.300-301).

Por último, nas formas típicas de estruturação do gênero do acabamento, o querer-dizer do locutor se realiza acima de tudo na escolha de um gênero do discurso; escolha realizada de acordo com a especificidade de uma dada "esfera da comunicação verbal", "das necessidades temáticas" e outros. Baseado nesta teoria, destaca-se que "todos os nossos enunciados dispõem de uma forma padrão relativamente estável de estruturação de um todo." (id., p.301)

Para Bakhtin, o enunciado é um elo na cadeia da comunicação verbal, e ao contrário da oração, um enunciado totalmente neutro é impossível. Sendo assim, esclarece que, diferentemente dos enunciados e dos gêneros do discurso, as unidades significantes da língua não podem ter destinatário: elas não pertencem e nem se dirigem a ninguém.

Marcuschi (2003), mencionando Bakhtin, retoma a idéia de que a comunicação verbal só é possível por algum gênero textual. Sendo assim, tem-se uma visão de língua como atividade social, histórica e cognitiva, enfatizando a natureza funcional e interativa sem desprezar os aspectos formais e estruturais da língua. Dessa forma, para o autor:

(...) embora os gêneros textuais não se caracterizem nem se definam por aspectos formais, sejam eles estruturais ou lingüísticos, e sim por aspectos sócio-comunicativos e funcionais, isso não quer dizer que estejamos desprezando a forma. Pois é evidente, como se verá, que em muitos casos são as formas que determinam o gênero e, em outros tantos serão as funções. Contudo, haverá casos em que será o próprio suporte ou o ambiente em que os textos aparecem que determinam o gênero presente. (MARCUSCHI, 2003, p. 21)

Relevante é, para o autor, a distinção que se estabelece entre tipo textual e gênero textual, uma vez que esses termos nem sempre são analisados de modo claro na bibliografia pertinente. Os termos são definidos da seguinte forma: **tipo textual** é usado para designar uma espécie de seqüência teoricamente definida pela natureza lingüística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas) e abrange categorias conhecidas como narração, argumentação, exposição, descrição, injunção; e **gênero textual** como uma noção propositalmente vaga para referir os textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sócio-comunicativas definidas por conteúdo, proprieda-

des funcionais, estilo e composição característica. Ao contrário dos tipos, os gêneros são inúmeros: telefonema, sermão, carta, piada, notícia, reportagem e outros (id. p.22-23).

Além da diferenciação apresentada, o autor também distingue texto e discurso. O primeiro termo considera ser uma entidade concreta realizada materialmente e corporificada em algum gênero textual; o segundo, considera como aquilo que um texto produz ao se manifestar em alguma instância discursiva. Dessa forma, o autor afirma que os gêneros são uma espécie de armadura comunicativa geral preenchida por seqüências tipológicas de base que podem ser bastante heterogêneas, mas relacionadas entre si.

Segundo Marcuschi, quando dominamos um gênero textual não dominamos uma forma lingüística e, sim, uma forma de realizar lingüisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares. Então, o autor reafirma as idéias propostas por Bakhtin: gêneros são formas verbais de ação social relativamente estáveis realizadas em textos situados em comunidades de práticas sociais e em domínios discursivos específicos (id. p.25).

Ao conceituar gêneros de discurso como dispositivos de comunicação que só podem aparecer quando certas condições sócio-históricas estão presentes, Mainueneau (2001) declara que as tipologias do gênero de discurso têm um caráter historicamente variável. Dessa forma, o autor afirma que poderíamos caracterizar uma sociedade pelos gêneros de discurso que ela torna possível e que a tornam possível. Assim como outros autores, ele distingue "gênero" de "tipo de discurso" quando diz que os gêneros de discurso pertencem a diversos tipos de discurso associados a vastos setores de atividades sociais, como, por exemplo, o gênero de discurso "talk show", que se constitui no interior do tipo de discurso "televisivo" (id., p.81).

Travaglia (2006) confirma as teorias anteriores quando assinala que, ao nos comunicarmos em uma situação concreta de interação comunicativa, nós o fazemos utilizando textos, concretizados em gêneros compostos por tipos e espécies, que são apropriados a diferentes situações e modos de interação para a consecução de objetivos em diferentes esferas de ação social. Além disso, Travaglia aponta Galdi (1983), que apesar de não enfatizar a questão dos gêneros, já propunha o ensino de Língua Portuguesa voltado para a produção e compreensão de textos.

As observações teóricas expostas não só visam a esclarecer conceitos como também a apontar a diversidade de possibilidades de observação dos gêneros textuais. Tendo em vista a infinidade de gêneros existentes na sociedade, nos limitamos a trabalhar com o gênero jornalístico, especificamente, a notícia.

1.2. GÊNEROS JORNALÍSTICOS

Lage (1990) nega ao jornalismo a categoria de gênero literário, em virtude de a literatura ser compreendida como portadora de informação estética, ao contrário do jornalismo, que enfatiza os conteúdos factuais. Desse modo, para o jornalismo, interessa o processamento da informação em escala industrial e para o consumo imediato.

Ao afirmar que o texto jornalístico procura conter informação conceitual, Lage esclarece, no entanto, que isso significa suprimir usos lingüísticos pobres de valores referenciais; sobretudo, a descrição do texto não pode ser restrita ao fornecimento de fórmulas rígidas, porque elas não dão conta da variedade de situações encontradas no mundo objetivo e tendem a envelhecer. Para o autor, a questão teórica se dá no estabelecimento de princípios: tão gerais que permitam a constante atualização da linguagem e relacionados com os objetivos, o modo e as condições de produção do texto (LAGE, 1990. p.36).

De acordo com Lage, à linguagem jornalística se aplicam algumas restrições as quais são relacionadas com os registros de linguagem, o processo de comunicação e os compromissos ideológicos. Na primeira, ele diferencia o registro formal como sendo o próprio da modalidade escrita e das situações tensas, mais durável e com tendências a preservar usos lingüísticos do passado; e o registro coloquial como aquele que compreende as expressões correntes na modalidade falada, além disso, espontâneo, refletindo a realidade comunitária, regional, imediata.

O autor elucida que, do ponto de vista da eficiência da comunicação, o registro coloquial seria sempre preferível, porque ele permite mais rápida fruição e maior expressividade; entretanto, o registro formal é uma imposição de ordem política, pois há uma valorização do seu emprego e entendimento de desvio como erro. Diante desse fato, faz-se necessário um acordo entre uma comunicação eficiente e a aceitação social, o qual re-

sultará, segundo Lage, na restrição fundamental a que está sujeita a linguagem jornalística: ela é basicamente constituída de palavras, expressões e regras combinatórias que são possíveis no registro coloquial e aceitas no registro formal (id. p.38).

A respeito do processo de comunicação, Lage destaca a função referencial para uso na comunicação jornalística, uma vez que ela trata de algo no mundo, exterior ao emissor, ao receptor e ao processo de comunicação em si, impondo o uso quase obrigatório da terceira pessoa, exceto reportagens-testemunho, crônicas e editorial. No jornalismo, as proposições principais dão conta de transformações, deslocamentos ou enunciações, no caso da notícia; ou se formulam a partir de acontecimentos - as reportagens. Além disso, a norma é substituir "adjetivos testemunhais" e "afirmações subjetivas" por dados que permitam ao leitor ou ouvinte fazer sua própria avaliação. Tendo em vista essas restrições, o autor ressalta que a procura por enunciados mais referenciais, concretos, justifica muito o trabalho na apuração de notícias - por exemplo, a hora exata do atropelamento - contribuindo, dessa forma, para a verossimilhança da história.

No que se refere aos compromissos ideológicos, o autor diz que as questões ideológicas estão presentes na linguagem jornalística, porque não se faz jornalismo fora da sociedade e do tempo.

1.2.1. ESTRUTURA DA NOTÍCIA

Segundo Lage (1985), a notícia se define no jornalismo moderno como o relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante ou interessante; e de cada fato, a partir do aspecto mais importante ou interessante (id. p.16). Sendo assim, os acontecimentos não devem ser exclusivamente narrados, mas, sim, relatados. O autor define narrativa como um gênero literário organizado em eventos que obedecem a uma sequência, ou seja, os fatos são registrados em uma situação temporal, enquanto na notícia a importância de cada evento será aferida em função do evento principal da série.

Lage aponta três fases no processo de produção de uma notícia: seleção, ordenação e nomeação de eventos. E ressalta que as restrições mais gerais do jornalismo noticioso referem-se à linguagem jornalística em que o nome do redator de uma notícia significará pouco

ou nada para quem lê ou ouve noticiário; a limitação do código aumenta a comunicabilidade e facilita a produção da mensagem; normas de redação adicionais impedem o uso estilístico de vírgulas, suprimem pontos de exclamação, reticências e outros; é obrigatório o uso de terceira pessoa da impessoalidade do redator.

O autor afirma que a retórica da notícia é referencial, isto é, aquela que se reporta ao mundo objetivo, exterior ao processo de comunicação. A notícia pode comover, motivar revolta ou conformismo, agredir ou gratificar alguns de seus consumidores. Assim, Lage esclarece que

"sendo construção retórica referencial, a notícia trata das aparências do mundo. Conceitos que expressam subjetividade estão excluídos: não é notícia o que alguém pensou, imaginou, concebeu, sonhou, mas o que alguém disse, propôs, relatou ou confessou. É também axiomática, isto é, se afirma como verdadeira: não argumenta, não constrói silogismos, não conclui nem sustenta hipóteses." (LAGE, p. 25)

Na notícia, em jornalismo impresso, o lead é o primeiro parágrafo, embora possa haver outros leads em seu corpo, e informa quem fez o que, a quem, quando, onde, como, por que e para quê. E para complementar o lead, tem-se a documentação em um, dois ou mais parágrafos, que detalham e acrescentam informações.

De acordo com Lage, o lead privilegia transformações que ocorrem no mundo objetivo. Dessa forma, obedece a restrições verbais específicas. A primeira delas se refere ao aspecto em que há distinção entre evento perfectivo, que terminou ou terá terminado de acontecer, e o imperfectivo, que não se sabe se terminou ou terá terminado. Conforme ressalta o autor, o aspecto verbal utilizado no lead é o perfectivo, desse modo, significando que o verbo irá no a) pretérito perfeito, se a notícia é de fato acontecido; b) futuro ou futuro próximo, se a notícia anuncia fato previsto; c) muito raramente no presente concomitante. (LAGE., p.28)

O aspecto verbal imperfectivo, segundo o autor, aparece às vezes como construção atenuadora para evitar uma notícia negativa. Então, costuma-se substituir termos como "não morreu" por "continua resistindo" amenizando com isso o fato.

Em relação aos campos semânticos da notícia, o autor aponta três tipos: deslocamento - campo semântico

do ir -, que depende do ponto de vista do narrador, da natureza do percurso e do percorrido; transformação - campo semântico do fazer -, que depende do tipo de transformação que se processa e, por último, a enunciação - campo semântico do dizer -, em que os eventos são descritos tendo em vista a perspectiva do observador, a natureza da informação, o tipo de codificação e a relação entre a fonte e o receptor. (id. p.29-31)

A escolha por um trabalho com o gênero notícia, voltado para a aplicação em sala de aula, leva em conta não somente as teorias relacionadas com os gêneros textuais e, especificamente, as que tratam de gêneros jornalísticos, mas também o que propõem os Parâmetros Curriculares Nacionais.

2. PERSPECTIVA DOS PCN

Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram elaborados tendo como um dos objetivos criar, nas escolas, condições que permitam aos jovens ter acesso a um conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania.

Para atingir tal objetivo, os PCN abordam o trabalho com gêneros textuais, e afirmam que todo texto se organiza dentro de determinado gênero em função das intenções comunicativas, - como parte das condições de produção dos discursos, as quais geram usos sociais que os determinam. Portanto, os gêneros são determinados historicamente, constituindo formas relativamente estáveis de enunciados, disponíveis na cultura. São caracterizados por três elementos: conteúdo temático, construção composicional e estilo. Dessa forma

"a noção de gênero refere-se, assim, a famílias de textos que compartilham características comuns, embora heterogêneas, como visão geral da ação à qual o texto se articula, tipo de suporte comunicativo, extensão, grau de literariedade, por exemplo, existindo em número quase ilimitado." (PCN, p. 22)

Para a garantia de um ensino qualitativo, faz-se necessário o uso de textos, os quais são propostos pelos PCN como organizadores dentro de certas restrições de natureza temática, composicional e estilística, que os caracterizam como pertencentes a este e/ou aquele gênero. Desse modo, a noção de gênero constitutiva do texto precisa ser tomada como objeto de ensino. É indispensável explorar

a diversidade de gêneros existentes, destacando que:

A compreensão oral e escrita, bem como a produção oral e escrita de textos pertencentes a diversos gêneros, supõem o desenvolvimento de diversas capacidades que devem ser enfocadas nas situações de ensino. É preciso abandonar a crença na existência de um gênero prototípico que permitiria ensinar todos os gêneros em circulação social. (PCN, p.24)

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, a seleção de textos deve privilegiar textos de gêneros que aparecem com maior frequência na realidade social e no universo escolar, tais como notícias, editoriais, cartas argumentativas, artigos de divulgação científica, verbetes enciclopédicos, contos, romances, entre outros. O trabalho com inúmeros gêneros textuais permite ao aluno o desenvolvimento em relação às questões de variedade da língua e as diferentes situações comunicativas.

Segundo os PCN, no processo de ensino-aprendizagem dos diferentes ciclos do ensino fundamental, espera-se que o aluno amplie o domínio ativo do discurso nas diversas situações comunicativas, sobretudo nas instâncias públicas de uso da linguagem, de modo a possibilitar sua inserção efetiva no mundo da escrita, ampliando suas possibilidades de participação social no exercício da cidadania.

Para que o aluno seja eficiente na utilização do discurso nas diversas situações comunicativas, os PCN ressaltam que os conteúdos de língua portuguesa devem articular-se em torno de dois eixos básicos: o uso da língua oral e escrita; e a reflexão sobre a língua e a linguagem. Esclarece, ainda, que é na produção/recepção do discurso que se tem o ponto de partida e a finalidade do ensino da língua, permitindo ao professor levantar necessidades, dificuldades e facilidades dos alunos e priorizar os aspectos que serão abordados.

Conforme apontam os PCN, a seleção dos conteúdos não deve ser feita em função da tradição escolar que predetermina o que deve ser abordado em cada série, mas em função das necessidades e possibilidades do aluno, de modo a permitir que ele, em sucessivas aproximações, se aproprie dos instrumentos que possam ampliar sua capacidade de ler, escrever, falar e escutar. Para tal, os PCN determinam dois critérios fundamentais: as necessidades dos alunos e suas possibilidades de aprendizagem. E ao afirmarem que uma

abordagem pode não esgotar as possibilidades de exploração do conhecimento priorizado, o documento elucidam a possibilidade de retomar o gênero em diferentes etapas do processo de aprendizagem com diferente grau de aprofundamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após todo percurso teórico, em relação ao gênero textual como objeto de estudo e, especificamente, ao gênero notícia como aplicação em sala de aula, pudemos refletir sobre o ensino que, baseado em textos e estes caracterizados em gêneros, são fundamentais para formação social do indivíduo.

Nossa pesquisa foi fundamentada na noção de gênero relacionada à interação social, que está inserida na proposta de ensino dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Os PCN enfatizam o uso da diversidade de gêneros existentes na sociedade, priorizando a utilização de textos de gêneros que aparecem com maior frequência na realidade social e no universo escolar. Dessa forma, os PCN buscam a garantia de um ensino qualitativo.

NOTAS

1 A monografia em questão foi orientada pelo Prof. Dr. Luiz Fernando Matos Rocha, professor do Departamento de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. M. Gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. M. Estética da criação verbal. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p.277-326.

KOCH, I. G. V. Os gêneros do discurso. In: KOCH, I. G. V. Introdução à lingüística textual: trajetória e grandes temas. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 159-168.

LAGE, N. Estrutura da notícia. São Paulo: Ática, 1985.

LAGE, N. Linguagem jornalística. São Paulo: Ática, 1990.

MAINGUENEAU, D. Tipos e gênero de discurso In: MAINGUENEAU, D. Análise de textos de comunicação. [tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha]. São Paulo: Cortez, 2001.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A.R.; BEZERRA, M. A. Gêneros Textuais & Ensino. (Org.) 2.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003, p. 19-36.

PCN - BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.

SOUZA, L. V. Gêneros jornalísticos no letramento escolar inicial. In: DIONISIO, A. P.;

MACHADO, A.R.; BEZERRA, M. A. Gêneros Textuais & Ensino. (Org.) 2.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p. 58-72.

TRAVAGLIA, L. C. Categorias de texto como objeto de ensino. [Trabalho apresentado no "XXI Encontro Nacional da ANPOLL", PUC São Paulo, 19-21 de julho de 2006].

